

Sarney não aceita um regime misto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, e o governador Hélio Gueiros, do Pará, depois de serem recebidos separadamente pelo presidente da República afirmaram que José Sarney não aceita o parlamentarismo, nem mesmo em sua fórmula híbrida. De acordo com o governador paraense, Sarney vai fazer "tudo o que tiver à mão" para que seja mantido o regime de governo presidencialista na nova Constituição. Gueiros acrescentou que o presidente da República está aborrecido com as fórmulas parlamentaristas discutidas na Constituinte, pois não crê que qualquer delas consiga resolver os problemas nacionais. Na audiência, além de discutir o sistema de governo, o governador pediu a liberação de verbas federais.

Marco Maciel, que permaneceu reunido com Sarney durante uma hora e meia, disse à saída que o presidente tem opinião semelhante a sua em relação ao parlamentarismo: considera esse sistema frágil, podendo gerar crises de governo. Maciel, contudo, não quis adiantar se o presidente só aceitaria o parlamentarismo puro, no caso de não conseguir aprovação do presidencialismo na Assembleia Nacional Constituinte. Ele vai continuar trabalhando pelo regime presidencialista com o fortalecimento do Congresso, de acordo com o senador.

O presidente Sarney também não gostou, como aconteceu com outras propostas, do documento elaborado por um grupo de 14 parlamentares, conforme disse ontem o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) após manter encontro com o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil. De acordo com o parlamentar, o documento foi visto pelas autoridades como "um chopp com água", ou seja, "não entusiasma o governo, nem aqueceu o coração, porque não foi uma demonstração de que havia avanços". O documento, segundo o deputado, ficou na generalidade.

Marco Maciel, porém, deixou o Palácio do Planalto garantindo que ainda acredita no entendimento para se chegar a um consenso quanto ao futuro sistema de governo. "Enquanto há prazo, não há pressa", disse ele, sugerindo que será possível colocar essas mudanças no substitutivo do relator Bernardo Cabral. "O relator, ainda ontem (anteontem), voltou a me dizer que se houver entendimento, ele o consagrará no substitutivo", enfatizou o presidente do PFL.

Enquanto Maciel defendia o sistema proposto pelo presidente Sarney e afirmava que, em caso contrário, só aceitaria o parlamentarismo puro, Cid Carvalho deixava o Palácio do Planalto afirmando que ainda acredita no parlamentarismo. Ele defende os seis anos de mandato, "para o bem do futuro sistema".

O presidente Sarney, de acordo

com o deputado, está profundamente interessado numa fórmula de negociação, estando o problema muito mais no Congresso do que no Executivo.

"SOU O JUÍZ"

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anunciou ontem que terá hoje uma reunião "praticamente definitiva" com o deputado Bernardo Cabral, quando serão discutidos os principais pontos do seu substitutivo. Ele não quis adiantar nenhum desses pontos, especialmente quanto à definição do sistema de governo, mas admitiu que o presidencialismo "ganhou corpo" nos últimos dias.

"Eu sou o juiz dessa partida e, como presidente da Constituinte, devo exprimir a vontade da maioria. Não devo imprimir e muito menos comprimir", disse, brincando. Ulysses Guimarães atribuiu o crescimento da tese do presidencialismo à dinâmica própria da política. "As coisas da política são assim: têm altos e baixos. Realmente, hoje eu ouvi várias pessoas falando em presidencialismo".

Lembrando que em política os acordos podem ser feitos e desfeitos "até o último minuto", Ulysses Guimarães reiterou que continua acreditando que essa questão será resolvida pela negociação, como acaba acontecendo com os temas mais polêmicos que chegam ao Congresso.



Sarney diz a Gueiros que pelo presidencialismo fará "tudo o que estiver à mão".

PDS e PFL ameaçam punir parlamentaristas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Alinhados com o presidencialismo, o PFL e o PDS poderão determinar aos constituintes desses partidos favoráveis ao parlamentarismo que se retirem da Comissão de Sistematização. Nesse caso, os "rebeldes" seriam substituídos por suplentes mais dóceis à linha de atuação definida pelas lideranças partidárias. O líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, insinuou ontem, em conversa com jornalistas, a possibilidade desse expurgo, e justificou: "O lugar é de confiança do partido".

O clima é semelhante no PDS. Ontem, durante reunião realizada no gabinete do presidente do partido, senador Jarbas Passarinho, houve atrito entre o anfitrião presidencialista e o deputado Bonifácio de Andrada (MG), que pediu a realização de pesquisa para descobrir a opinião da bancada sobre o regime de governo a ser adotado na futura Constituição. Bonifácio de Andrada, para desgosto de Passarinho, chegou a propor que os três presidencialistas do partido na Comissão de Sistematização (Virgílio Távora, Darcy Pozza e o

próprio Passarinho) votassem pelo parlamentarismo se essa fosse a preferência da bancada.

"A pesquisa, que Passarinho não gosta, deu 22 deputados mais um senador a favor do parlamentarismo, numa proporção de mais ou menos dois por um", disse Bonifácio, autor da proposta de implantação gradual do parlamentarismo.

No PFL, o líder José Lourenço voltou a sugerir a convocação de reunião da Executiva Nacional para definir a posição partidária sobre o assunto. A possibilidade de expurgo dos parlamentaristas do partido que integram a Comissão de Sistematização, porém, foi inicialmente negada por ele. "Não penso nisso, sou democrata", disse Lourenço. Mas frisou: "Espero que os que discordam da orientação do partido em determinadas matérias me solicitem que os substitua por suplentes que votem por eles nesses assuntos". De qualquer modo, os liberais revelavam entusiasmo, ontem, com as audiências concedidas pelo presidente Sarney ao presidente do PFL, Marco Maciel, admitindo que havia avançado a proposta do presidencialismo.

Sem acordo debate sobre rádio e TV

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A reunião de ontem da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a concessão de emissoras de rádio e TV deixou claro o confronto de posições entre seus integrantes e a cúpula do Ministério das Comunicações. Enquanto o secretário-geral do ministério, Rômulo Vilar Furtado, defendia o critério atual — segundo a Lei nº 4.117, a última palavra na concessão de rádio e TV é do ministro e do presidente da República —, os senadores Nelson Wedekin, Chagas Rodrigues, Pompeu de Souza e Wilson Martins (relator da CPI), todos do PMDB, propunham a criação de um órgão colegiado integrado por representantes da sociedade, o qual se responsabilizaria pelas concessões.

Martins e Wedekin insistiram na inadequação de um sistema centralizador, personalista, instrumento de favorecimentos pessoais e políticos partidários — em seu entender, características do sistema atual —, que ocupa o lugar de um processo aberto, de decisão, mais de acordo com o momento vivido pela sociedade brasileira, na opinião dos senadores.

O secretário-geral do Ministério das Comunicações contra-argumentou: ele garante que os políticos têm, hoje, acesso ao processo de decisão na concessão de emissoras, como representantes das partes interessadas. Além disso, a representatividade dada a eles pela população torna desnecessária a criação formal de um conselho, a seu ver. Rômulo Vilar ponderou que atualmente existe uma avaliação técnica dos concorrentes a um canal de TV ou estação de rádio, realizada por órgãos do Ministério das Comunicações. Nessa avaliação, vários aspectos são levados em conta, como o índice de nacionalização dos equipamentos da emissora. Só depois desse passo, revelou o secretário-geral, as pretensões dos concorrentes habilitados são examinadas pelo ministro das Comunicações ou pelo presidente da República.

NA CONSTITUINTE

O relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte, Bernardo Cabral, manifestou ontem sua intenção de restabelecer, no substitutivo que apresentará amanhã, o Conselho de Comunicações, com a participação do Congresso. Essa ideia já constou do anteprojeto de Constituição em etapas anteriores. Com a Nova República, o número de concessões aumentou: em 1984, último ano do governo Figueiredo, foram 113; neste ano, até agosto, houve 122.

O governo é "três vezes incompetente"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) acusou ontem o presidente José Sarney de "três notórias incompetências": não consegue coordenar seus ministros e liderar as forças políticas, ainda não formulou um programa de governo e não resolve os problemas provocados pela atual fase de transição. O Ministério tem-se caracterizado pelo trabalho dispersivo e pela falta de unidade de ação. Por não haver um maestro seguro, os ministros formam uma orquestra desafiada e sem nenhuma sintonia.

O tom do discurso de Bacelar foi contestado pelo líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, e provocou dúvidas no líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso. Para o senador Chiarelli, o PFL não admite "toda e qualquer manifestação que contrarie os fundamentos básicos da cortesia, da urbanidade e da prática parlamentar". Já Fernando Henrique preferiu lançar uma pergunta ao plenário: "Será que o presidente está errado ou não haverá realmente algo nas nossas instituições que não está funcionando?"

Pessoalmente, o líder peemedebista acredita que há um problema antigo, provocado pela manutenção de um sistema presidencialista distorcido. "Em consequência, acabamos por personalizar e o presidente vira uma espécie de pára-raios ou de relê que não se troca e que fica quemando, sem que joguemos um copo de água para permitir que ele se reconstitua".

Em seu pronunciamento, Ruy Bacelar não poupou o presidente da República e seus ministros. Disse que os da área econômica não se exprimem numa mesma linguagem, os da área social vivem descompassados e os do PFL atiam em desarmônia com os do PMDB. Todos "continuam gastando, enquanto os presi-

dentas das estatais abominam os cortes em seus orçamentos". Ele lamentou que desde seus primeiros dias o atual governo tenta mistificar a opinião pública e disse temer pelo fim da Nova República por ser sustentada por uma aliança que está permanentemente em confronto. Para o senador baiano, a Nova República é a primeira vítima do governo Sarney.

O presidente, segundo Bacelar, não tem vocação de estadista e competência para governar. Assim, de nada vale a justificativa usada por Sarney de que está cercado e por isso não pode assumir efetivamente a condução do País. Denunciando o que chamou de "incoerências, tergiversações e desatinos, resultantes do despreparo do presidente da República", o senador lembrou que, depois de obter o apoio quase unânime da Nação, em menos de dois anos Sarney já havia perdido sua base de sustentação popular. O motivo, de acordo com Ruy Bacelar, é que "lhe faltou competência".

"É difícil, numa situação como a nossa, uma transformação na qual possa haver equilíbrio e em que as críticas possam ser feitas sem que haja um envolvimento emocional muito grande", disse o líder Fernando Henrique Cardoso. Para ele, vigora no Brasil um sistema "no qual se tem a impressão de que o presidente tudo pode, mas, na prática, vê-se que é um ser isolado".

Fernando Henrique reconheceu que são justas as críticas contra o governo. Mas fez questão de lembrar que nem o PMDB nem o PFL se jogaram para valer na defesa de uma política que possa ser mantida pelo presidente. "Nas ocasiões de dificuldades, como agora, quando discutiremos a delicada questão da dívida externa, não se forma um clima que permita aqueles que vão falar por nós de dizerem que falam com o respaldo do País".

Uma cadeira especial para o presidente

O presidente Sarney está usando uma nova cadeira de trabalho, onde se adaptou uma almofada especial — feita de espuma —, para evitar pressões sobre o cóccix (última parte inferior da coluna) e impedir dores que ele vinha sentindo nessa região do corpo. Segundo explicações do chefe do Serviço Médico da Presidência da República, Messias Araújo, a medida é apenas preventiva e funciona em casos de pessoas que, como o presidente Sarney, têm de ficar entre oito e dez horas sentado na mesma posição.

Mas o presidente Sarney, de acordo com Messias Araújo, não tem nenhum problema sério na coluna. A fase aguda do desconforto que sentiu no cóccix já foi superada com aplicações de ultra-som e ondas curtas. O presidente Sarney já não está sentindo dores e a espuma especial é o recurso natural para os que permanecem muito tempo sentados.

Além da almofada, a cadeira de trabalho do presidente também foi substituída. A cadeira anterior tinha espaldar flexível e a atual é fixa, para que suas costas se mantenha em ângulo reto. A espuma especial, de acordo com a explicação médica, tem uma depressão no lugar do cóccix que funciona como amortecedor da pressão sobre esta parte do corpo do presidente. Segundo Messias Araújo, é provável que o presidente Sarney continue usando essa almofada especial por tempo indeterminado, mesmo no caso de não voltar a sentir dores no cóccix.

Esse problema do presidente aliás, chegou a ser observado durante o desfile do dia 7 de Setembro, quando por duas vezes, ele precisou sentar-se. No dia seguinte, o presidente Sarney sentiu dificuldades para levantar-se durante encontro com um grupo de artistas convidados para almoçar com ele na Granja do Torto.

Jornalista depõe hoje na CPI

O jornalista Júlio de Mesquita Neto, diretor responsável de O Estado de S. Paulo, será ouvido hoje às 15 horas na condição de primeiro depoente, pela Comissão Parlamentar de Inquérito mista no Congresso (integrada por deputados e senadores) que investiga as denúncias de proposta de limitação da soberania da região amazônica, como decorrência da eventual criação da nação indígena Ianomâni.

"O depoimento do jornalista Júlio de Mesquita Neto será não apenas o primeiro da CPI, mas sobretudo o mais importante ponto de referência para a elucidação das denúncias, que estabelecem correlação entre jazidas minerais e reservas indígenas", disse o presidente da comissão, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP).

A CPI foi instaurada depois de uma série de reportagens-denúncia de O Estado, envolvendo também a atuação do Conselho Indigenista

Missionário (Cimi) e entidades estrangeiras na Amazônia. Cardoso Alves e o relator, senador Ronan Tito (PMDB/MG), acham que a autenticidade dos documentos que serviram para as denúncias dependerá todo o processo de investigação.

"Os documentos são a peça-chave", comentou Roberto Cardoso Alves, e com o depoimento hoje do jornalista Júlio de Mesquita Neto poderá haver também a ampliação da CPI de 18 para 22 membros. Outra providência que poderá ser acelerada é a ida de uma delegação de parlamentares até as tribos Ianomâni, para observar as denúncias feitas. O presidente da comissão já solicitou providências à Funai e à FAB para a viagem.

"ABSOLUTA ISENÇÃO"

A instalação da CPI ocorreu no dia 3 de setembro a pedido do deputado Roberto Cardoso Alves e o de-

poimento do diretor responsável de O Estado de S. Paulo estava marcado para quinta-feira passada, mas acabou transferido para hoje, na sala da Comissão de Economia do Senado.

Inicialmente, a presidência da CPI queria ouvir o depoimento dos autores das reportagens, mas como elas não saíram assinadas, ficou decidida a convocação do diretor responsável de O Estado de S. Paulo. O deputado Cardoso Alves já garantiu várias vezes que a Comissão Parlamentar de Inquérito vai agir "com absoluta isenção na busca da verdade, à luz do interesse do povo e do País".

Ao tomar posse como vice-presidente da CPI, o deputado Ricardo Fiuza (PFL/CE) disse não poder admitir "que os índios brasileiros, tão carentes de compreensão e de uma vida digna, sejam usados como bandeira para atender a interesses espúrios e alienígenas, comprometedores da soberania nacional".

Pedessistas queixam-se de discriminação

"É gritante o processo de discriminação e manipulação em favor de determinadas posições e correntes políticas no programa Diário da Constituinte, criado exatamente para divulgar, indiscriminadamente, o trabalho de todos aqueles que, na Assembleia Nacional Constituinte, procuram contrair, com abnegação, um novo caminho para o Brasil".

Assim começa a moção de repúdio à manipulação do Diário da Constituinte, de autoria do deputado César Cals Neto (CE), substituído por quase toda a bancada do PDS. O documento junta-se à carta que o líder do partido, José Lourenço, enviou recentemente à Mesa da Constituinte, protestando contra o programa, por considerar que ele privilegia os deputados e senadores de esquerda.

A moção de Cals termina apoiando o projeto de resolução 17/87 que prevê a criação de um conselho editorial.

UDR promete mobilizar um milhão de pessoas

Se o relator Bernardo Cabral não alterar profundamente suas propostas sobre a reforma agrária, acabando, por exemplo, com a inibição imediata na posse do imóvel expropriado, a União Democrática Ruralista (UDR) promoverá grande manifestação de protesto no País, reunindo mais de um milhão de pessoas. A advertência foi feita ontem em Porto Alegre pelo presidente da entidade, Ronaldo Caiado, para quem o atual substitutivo é "um AI-5 contra a classe produtora rural".

Caiado atacou também a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) por pretender, através de emenda popular apresentada à Constituinte, implantar uma República plurinacional no Brasil. Em sua opinião, o projeto do Cimi é tão prejudicial quanto o caso dos três ativistas nicaraguenses na região de Conceição do Araguaia. Já denúncias de que eles estão treinando guerrilheiros e insuflando os sem-terra a inva-

dir fazendas do sul do Pará, segundo lembrou o líder ruralista.

Naquela região há uma "luta sofisticada" por parte dos invasores, disse Ronaldo Caiado, acrescentando que os produtores locais estão ameaçados de morte. Ele defendeu a adoção de medidas urgentes pelo governo para acabar com a violência no meio rural, mais grave principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste do País. Isso deve ser feito através de maior policiamento e da implantação da Justiça para acabar com a "certeza da impunidade".

Para o presidente da UDR, empresários e trabalhadores rurais devem ser consultados sobre o futuro ministro da Reforma Agrária. Adiantando que sua entidade tem vários nomes para indicar, ele ressaltou que a escolha deve recair sobre alguém com capacidade de diálogo. Ao futuro ministro, Caiado levará o projeto de reforma agrária da UDR, baseado em levantamentos sobre o "verdadeiro número" de trabalhadores rurais sem acesso à terra.



Direitos autorais

Um grupo de artistas esteve ontem com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para defender a manutenção, na nova Constituição, da arrecadação e fiscalização dos direitos autorais na iniciativa privada. Essa atividade é controlada atualmente pelo Ecad, entidade civil ligada ao Ministério da Cultura. Os compositores estão preocupados

com o substitutivo do relator Bernardo Cabral que estatiza o setor, com a inclusão no texto de emenda apresentada pelo deputado Adolpho de Oliveira (PL-RJ). Ulysses prometeu levar o pedido a Cabral. Estiveram com o presidente da Constituinte Tonico e Tinoco, Cláudio Nucci, Maria Creuza, Braguinha, Luís Vieira (na foto com Ulysses) e João Dias.

"País será inadministrável"

CARLOS CHAGAS

O País ficará inadministrável e a Presidência da República estará mais perto de Leonel Brizola, caso permaneçam no texto da nova Constituição determinados princípios que hoje fazem parte do projeto Bernardo Cabral.

Essa previsão é do deputado Delfim Netto, feita ao repórter de O Estado e do Jornal da Tarde, ontem. O ex-ministro do Planejamento e da Fazenda mostra-se mais do que preocupado. Está, como disse, assustado. O capítulo referente ao sistema tributário transfere boa parte dos recursos fiscais da União para os estados e municípios. Não haverá forma de controlar a aplicação desse dinheiro no plano municipal, e o resultado poderá ser um volume amplo de obras supérfluas, a exemplo do que aconteceu em 1967/68, quando os municípios estavam beneficiados com recursos extras. Chafarizes, fontes luminosas, até jardins zoológicos poderão surgir como realização dos prefeitos. Ou, pior ainda, num exemplo do que também ocorreu há vinte anos: escolas postas abaixo para a construção de outras escolas, no mesmo lugar, porque a lei determinava a aplicação das verbas em educação.

A União não poderá ficar sem receita, disse Delfim Netto, até mesmo porque, da forma como está redigido o projeto, ela permanece com a maior parte das responsabilidades e dos encargos nos planos assistencial, social e de desenvolvimento. Essa tarefa não está repassada aos estados e municípios na mesma proporção dos recursos, no projeto da nova Constituição. Resultado: virá um fatal aumento de impostos federais, repousando nas costas do contribuinte o ônus da alteração.

Mas não é apenas por conta do capítulo tributário que o ex-ministro

se mostra pessimista. Ele comenta o lirismo e a fantasia de uma série de artigos e resalta a desconexão do texto, pois os diversos títulos e capítulos não estão se encaixando. Falta-lhes unidade. Acresce que uma série de aventuras, que se imaginava afastadas, estão voltando. As 40 horas de trabalho semanal, por exemplo, depois de dois anos. A reserva de mercado. E o próprio sistema de governo, posto em confusão pela sucessão de desencontros e fórmulas contraditórias.

Em seu entender, o parlamentarismo ajudará a precipitar o caos, apesar de as informações das últimas horas furem no sentido de que o presidencialismo sairá vitorioso.

As estruturas institucionais a serem aprovadas, mais o marasmo e a hesitação que caracterizam o governo, para Delfim Netto, logo tornarão o País inadministrável. Ingerência. Ele nunca viu práticas como as atuais, até a utilização do Imposto de Renda como forma de pressão sobre os cidadãos e as empresas. "Ai de quem ousasse uma iniciativa dessas durante o período autoritário", ele acrescentou com ênfase. "O presidente João Figueiredo, por exemplo, logo providenciaria a demissão. Depois, a imprensa promoveria tamanha campanha de protesto que o próprio governo cairia. No entanto, é o que vem acontecendo agora".

Delfim Netto não poupou críticas à atuação do Ministério, no qual, segundo comenta, cada ministro faz o que quer, quando quer, apesar de a maioria não querer e não fazer nada. A renegociação da dívida externa chega às ratas do inconcebível, em seu julgamento. Nunca o País foi submetido a tamanho trauma.

Por tudo isso, sua impressão é de que ninguém segura Leonel Bri-

zola em sua marcha para o Palácio do Planalto. Com presidencialismo ou sem ele. O ex-governador fluminense não precisa sair a público e fazer campanha. Fazem por ele, ou melhor, o governo da Nova República é o seu maior cabo eleitoral. Dispõe de televisão, no momento oportuno, e acostumado a não medir palavras quando deseja agredir e criticar, Brizola segue em frente. E não adianta imaginar que será obstado por movimentos militares ou sucedâneos. Ainda agora, quando se anuncia sua candidatura a prefeitura do Rio de Janeiro, nota-se uma estratégia eficaz. Eleito, terá um trampolim para o Planalto, vale repetir, impulsionado pelo atual governo, do qual é adversário. Eleito Leonel Brizola, o resto será o caos, em suas palavras. Se vier um golpe, não será dos generais...

O que ficar definido na Comissão de Sistematização, em termos de nova Constituição, dificilmente poderá ser revogado no plenário, acrescentou Delfim Netto. Para ele, os que detêm o poder, hoje, são muito poucos, com Ulysses Guimarães à frente. Engendraram as coisas de tal forma que esta será a Constituição mais ilegítima de nossa História, feita por meta dúzia de pessoas. Nunca se enganou tanto a um conjunto como estão sendo enganados os constituintes. A esquerda radical mordeu a isca, ficou com os microfones e participa de pouca coisa. Das sugestões esquerdistas, está sendo adotado aquilo que o grupo do poder deseja. Pior acontece com o setor liberal, também posto à margem. Para cúmulo da má sorte Mário Covas precisou ser operado, e, assim, Ulysses Guimarães domina a cena inteira.

Delfim Netto não se diz pessimista, mas, apenas, realista. Consta da os fatos, e, deles, tira suas conclusões, como acentuou.